

ANEXO IV – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº _____

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PLATAFORMA DIGITAL DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, COM FOCO EM INOVAÇÃO, AUTOMAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DEMAIS RECURSOS TECNOLÓGICOS QUE GARANTAM A GESTÃO COMPLETA E DIGITAL DO PROCESSO SELETIVO, DESDE A ABERTURA DA VAGA ATÉ A ADMISSÃO DO CANDIDATO, A FIM DE SUPORTAR A FUABC SUA MANTIDA E UNIDADES DE GERENCIADAS NA CONTRATAÇÃO DE TALENTOS DE FORMA ASSERTIVA E OTIMIZADA, PROCESSO Nº XXXXX, NA FORMA ABAIXO:

CONTRATADA:

A FUNDAÇÃO DO ABC, inscrita no CNPJ/MF do Ministério da Fazenda sob o nº 57.571.275/0001-00 neste ato representado por seu Presidente (qualificação completa), doravante denominada simplesmente “**CONTRATANTE**”, e de outro lado, a empresa (qualificação completa), representada neste ato por seu representante legal (qualificação completa), doravante designada “**CONTRATADA**”, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXX nas condições e especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência e de acordo com a nova Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e, subsidiariamente, pela Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, suas alterações posteriores e demais normas legais pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PLATAFORMA DIGITAL DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, E CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS, COM FOCO EM INOVAÇÃO, AUTOMAÇÃO, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DEMAIS RECURSOS TECNOLÓGICOS QUE GARANTAM A GESTÃO COMPLETA E DIGITAL DO PROCESSO SELETIVO, DESDE A ABERTURA DA VAGA ATÉ A ADMISSÃO DO CANDIDATO, A FIM DE SUPORTAR A FUABC SUA MANTIDA E UNIDADES DE GERENCIADAS NA CONTRATAÇÃO DE TALENTOS DE FORMA ASSERTIVA E OTIMIZADA, nas condições e especificações constantes do presente Termo de Referência e de acordo com a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

1.2. Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes

declara manter pleno conhecimento.

- I – Edital de Pregão Eletrônico nº XXXXXX
- II - Termo de Referência;
- III - Proposta de preços, documentos de habilitação e declarações;
- IV - Termo de Responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais – Fornecedor;
- V - Questionário de Due Diligence de Compliance de Fornecedores;
- VI - Termo de ciência e notificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

- 2.1.** O prazo máximo para a implantação da solução será de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. Esse prazo compreenderá as seguintes etapas: parametrização da plataforma, migração de dados, realização de testes e homologação da solução.
- 2.2.** A fase de vigência operacional do contrato (uso da plataforma) será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço pelo fiscal do contrato, a qual ocorrerá somente após a conclusão da implantação e sua homologação formal.
- 2.3.** A vigência operacional poderá ser prorrogada, por períodos iguais ou sucessivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, condicionado ao interesse da Administração e à avaliação satisfatória do desempenho da contratada.
- 2.4.** O contrato tem validade jurídica a partir de sua assinatura, ainda que a vigência operacional tenha início posteriormente à implantação, nos termos da cláusula 2.2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

- 3.1.** Da-se o presente contrato o valor de R\$ XXXXXXXXXXXX.
- 3.2.** O preço será o apresentado na proposta vencedora incluindo todas as despesas necessárias à prestação dos serviços, observadas as exigências deste Contrato.
- 3.3.** Os preços deverão ser completos abrangendo além da boa prestação dos serviços, implantação e suporte técnico durante o contrato, tributos, despesas indiretas, lucro, encargos, enfim tudo mais que possa contribuir para a composição do custo final da prestação dos serviços, conforme exigências editalícias e contratuais, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

CLÁUSULA QUARTA – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1.** Os serviços serão utilizados para realização de divulgação de vagas, atração de talentos, triagem, seleção automática de currículos cadastrados de acordo com o perfil da vaga, seleção de pessoas com aplicação de provas técnicas e comportamentais, além de entrevistas por vídeo.
- 4.2.** A plataforma deverá contemplar, minimamente, os seguintes módulos e funcionalidades:
 - I) Gestão de Vagas:**
 - a) Criação e publicação de vagas (interna, externa e confidencial)
 - b) Definição de pré-requisitos e perfis
 - c) Fluxo de aprovação para abertura de vagas
 - II) Gestão de Candidaturas:**

- a) Inscrição online
- b) Upload de currículos e documentos
- c) Questionários personalizados por vaga
- d) Triagem automática com critérios parametrizáveis

III) Banco de Talentos:

- a) Armazenamento estruturado de currículos
- b) Busca com filtros avançados (experiência, formação, competências)
- c) Cadastro espontâneo

IV) Avaliação e Seleção:

- a) Aplicação de testes (objetivos, discursivos, técnicos e psicométricos)
- b) Etapas de entrevistas, dinâmicas e outras fases
- c) Registro e controle de pareceres da banca avaliadora

V) Relatórios e Indicadores (BI):

- a) Dashboards com KPIs (tempo médio de contratação, fontes de recrutamento etc.)
- b) Relatórios customizáveis exportáveis (Excel, PDF)
- c) Indicadores de diversidade, inclusão e desempenho do processo.

VI) Controle de Acessos:

- a) Perfis distintos: administrador, RH, gestor da vaga, avaliador, candidato
- b) Trilhas de auditoria para rastreio de acessos e alterações

VII) Comunicação:

- a) E-mails automáticos de etapas do processo
- b) Avisos e notificações para candidatos e gestores
- c) Integração com WhatsApp ou SMS (desejável)

VIII) Integração:

- a) Possibilidade de integração com sistemas legados (ERP, folha de pagamento etc.)
- b) API documentada.

4.3. Os serviços devem ser de natureza “Continuada”.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado no dia 30 (trinta) subsequente ao mês da prestação dos serviços, através de Nota Fiscal, mediante comprovação e ateste do setor competente;

5.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, mensalmente, contendo o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e no próprio Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou de matriz;

5.3. Para a mantida e unidades gerenciadas, A CONTRATADA deverá indicar no corpo da nota fiscal as exigências contidas na resolução 23/2022, que aprova as alterações as instruções IN 001/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, devendo obrigatoriamente conter:

- a) Indicação da Contratante: Nome da unidade onde foi prestado o serviço/fornecimento;
- b) Descrição do serviço prestado;
- c) Número do Processo de Compras;
- d) Número do Contrato de Gestão;

5.4. Ficará a cargo de cada unidade gerenciada indicar à empresa CONTRATADA, todas as informações para que sejam incluídas na Nota Fiscal.

5.5. Em nenhuma hipótese serão aceitos títulos via cobrança bancária;

- 5.6.** Os pagamentos deverão ser realizados por meios de depósito e/ou transferência bancária, podendo as partes determinar a forma de pagamento que se enquadre em suas necessidades;
- 5.7.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ser efetuada do primeiro ao quinto dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços, acompanhado obrigatoriamente das certidões de regularidade fiscal Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União) e do FGTS - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sob pena de retenção do pagamento;
- 5.8.** A CONTRATADA poderá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência do Banco Santander S/A, preferencialmente, a fim de agilizar o pagamento;
- 5.9.** O atraso no pagamento de quaisquer das parcelas implicará na cobrança de multa de 2% ao mês, bem como juros moratórios de 1% ao mês, além da atualização monetária até a data do efetivo pagamento;
- 5.10.** Em hipótese alguma será aceito boleto bancário como meio de cobrança;
- 5.11.** No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais da habilitação quanto à situação de regularidade da empresa.
- 5.12.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 5.13.** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei 14133/2021, a administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato e iniciar outro processo licitatório.
- 5.14.** Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.15.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.
- 5.16.** As notas fiscais que apresentarem incorreções ou rasuras serão devolvidas à licitante e seu vencimento será então de 05 (cinco) dias úteis após a sua nova apresentação válida.
- 5.17.** O pagamento será feito mediante depósito (Banco Santander), devendo ser declarada a preferência da licitante CONTRATADA.
- 5.18.** Em face do disposto no artigo 121, § 2º da Lei 14.133/2021, com a redação da Lei nº. 9.032/95 serão observadas, por ocasião do pagamento, as disposições do artigo 31 da Lei 8.212 de 24 de julho de 1991, na sua redação atual, e orientações vigentes expedidas pelo INSS, notadamente a Ordem de Serviços INSS/DAF nº. 209 de 20/05/99.
- 5.19.** Qualquer pagamento não isentará a licitante das responsabilidades contratuais, nem implicará na aceitação tácita do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

- 6.1.** Os preços dos serviços contratados são fixos e irrevogáveis durante os 12 (doze) primeiros meses.
- 6.2.** A Contratada poderá solicitar o reajuste após decorrido o período de 12 (doze) meses do início da prestação dos serviços, tendo por base o menor índice oficial, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou por outro índice que substitua no caso de sua extinção, acumulada no período, de forma que a CONTRATANTE submeta a solicitação para análise, podendo aprovar ou não, observando os seguintes critérios:
- 6.2.1.** Eleição do Índice:
- 6.2.2.1.** Dois meses de retroação da data base (mês da proposta)
 - 6.2.2.2.** Na periodicidade:

- 6.2.2.3.** Será considerada a variação ocorrida no período de 12 (doze), a contar do mês da proposta, observada a retroação de dois na eleição dos índices
- 6.2.2.4.** Só poderá ser aplicado um único e exclusivo reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, não sendo permitida outras formas de reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADESÃO

7.1 A mantida e unidades gerenciadas poderão aderir ao presente contrato, através de solicitação formal à Presidência da FUABC e mediante termo de adesão de parte dos direitos do contrato, observando e mantendo as mesmas condições, valores e vigência do contrato principal;

7.2. A Mantida e Unidades Gerenciadas da Fundação do ABC que aderir ao contrato, ficará responsável pelos pagamentos advindos da prestação de serviços que lhe couber, diretamente à CONTRATADA;

7.3. Fica obrigada a empresa vencedora, em caso de adesão de qualquer das Unidades da Fundação do ABC, realizar os serviços nos mesmos moldes constantes da proposta apresentada da vencedora, em conformidade com o presente termo de referência;

7.4. A unidade da Fundação do ABC, que já mantém contrato com a empresa cujo objeto seja o dessa avença, poderá, a seu critério, aderir ao presente contrato, devendo adotar as medidas e precauções em referência ao contrato ora firmado e vigente;

7.5. A empresa CONTRATADA, em caso de adesão da Mantida ou quaisquer das Unidades Gerenciadas da fundação do ABC, deverá emitir as notas fiscais da prestação dos serviços, contra cada unidade aderente, insentando a Fundação do ABC de responsabilidade;

7.6. A mantida e unidades gerenciadas deverão indicar à empresa CONTRATADA, todas as informações exigidas na resolução 23/2022, que aprova as alterações as instruções IN 001/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para que sejam incluídas na Nota Fiscal, conforme descritos: nome da unidade onde foi prestado o serviço/fornecimento, número do processo de compras e número do Contrato de Gestão

7.7. Havendo rescisão e/ou resolução do contrato de gestão entre da Fundação do ABC e o Município e/ou Estado que alcance a unidade Mantida aderente, o contrato será automaticamente resolvido para esta unidade por perda de objeto;

7.8. Independente da data de adesão da Mantida ou quaisquer das Unidades Gerenciadas, o prazo de vigência será o constante no contrato firmado junto a Fundação do ABC – Mantenedora;

7.9. Segue abaixo relação de Mantidas e Unidades Gerenciadas da Fundação do ABC:

- 1 Fundação do ABC – Mantenedora
- 2 Centro Universitário FMABC – Mantida
- 3 Central de Convênios
- 4 Complexo Hospitalar Municipal de São Bernardo do Campo
- 5 Hospital da Mulher de Santo André
- 6 AME Itapevi
- 7 AME Mauá
- 8 AME Santo André
- 9 AME Santos
- 10 AME Sorocaba
- 11 AME Praia Grande – Baixada Santista
- 12 PAI – Baixada Santista
- 13 Complexo Hospitalar Municipal de São Caetano do Sul
- 14 Instituto de Infectologia Emílio Ribas II – Guarujá
- 15 Hospital Estadual Mário Covas
- 16 Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário
- 17 UPA Rodeio de Mogi das Cruzes
- 18 Mogi II – Unidades Jundiapéba e Jardim Universo

19	Rede Assistencial Supervisão Técnica de Saúde São Mateus
20	Hospital Municipal de Mogi das Cruzes
21	Complexo de Saúde de Mauá – Hospital Nardini
22	Rede de Reabilitação Lucy Montoro – Diadema
23	Rede de Reabilitação Lucy Montoro – Sorocaba
24	Unidade de Apoio Administrativo
25	UPA Rodeio de Mogi das Cruzes
26	AME Itu
27	AME Araçatuba

7.10. Fica obrigada a empresa vencedora do certame a aceitar a inclusão de futuras unidades gerenciadas que vierem a ser incorporadas na FUABC, nas mesmas condições pactuadas no contrato que vier a ser firmado.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Dos Serviços:

8.1.1. A Contratante fiscalizará a execução dos serviços através de funcionário (s) designado (s) para esse fim, com a incumbência de relatar ao supervisor as falhas ou irregularidades que porventura verificar, as quais, se não forem sanadas, serão objetos de comunicado oficial, expedido pela Contratante à Contratada.

8.1.2. A execução do contrato será fiscalizada em todos os aspectos pertinentes ao objeto ajustado, inclusive, reservando o direito de resolução de quaisquer casos omissos ou duvidosos não previstos no memorial, no termo de referência ou neste contrato, em especial às especificações, requisitos, sinalizações e segurança, implicando o direito de rejeitar os serviços insatisfatórios, intimando a execução das devidas modificações, quando for o caso.

8.1.3. O exercício de fiscalização por parte da Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades pelos danos materiais e pessoais que vier a causar a terceiros ou à Contratante, por culpa ou dolo de seus prepostos, na execução do contrato, nos termos do Código Civil.

8.2. Do Contrato:

8.2.1. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de Administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, no Termo de Referência e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

8.2.2. Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as, juntamente com as certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em vigor, à unidade competente para posterior pagamento;

8.2.3. Solicitar à unidade competente esclarecimentos de dúvidas relativas ao contrato sob sua responsabilidade;

8.2.4. Manter sob sua guarda cópias do contrato em vigor, inclusive dos aditivos decorrentes, e do respectivo Termo de Referência;

8.2.5. Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato;

8.2.6. Fiscalizar o cumprimento das metas previamente estabelecidas no Termo de Referência, devendo comunicar formalmente à empresa o descumprimento das mesmas;

8.2.7. Encaminhar ao Setor competente, cópias dos documentos escritos que comprovem as comunicações/solicitações de providências, para arquivamento aos autos do processo correspondente;

8.2.8. Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos, demandas e metas previamente

estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso;

8.2.9. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejados serviços, ordenando à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços, objeto deste processo, executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

8.2.10. Acompanhar e aprovar os serviços executados, atestando o recebimento definitivo do objeto contratado;

8.3. Do Gestor:

8.3.1. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e solicitar à autoridade superior imediata, sempre que necessário, as medidas necessárias a não solução de continuidade da prestação do serviço;

8.3.2. Anotar em livro de ocorrências ou em meio PRESENCIAL que o substitua, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.3.3. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

8.3.4. Comunicar, formalmente, e em tempo hábil, irregularidades cometidas pela CONTRATADA e passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a terceirizada;

8.3.5. Informar à unidade de programação orçamentária e financeira, sempre que as obrigações financeiras não forem liquidadas dentro do prazo estipulado no Termo de Referência, a fim de que aquela unidade possa planejar a obtenção de reforço, cancelamento e/ou inscrição de saldos de empenho à conta de restos a pagar, se for o caso.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no presente Contrato;

b) Solicitar a correção ou substituição do objeto CONTRATADO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato;

d) Rejeitar o objeto em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei e nas cláusulas desse Contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior.

e) A CONTRATANTE deverá proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução dos serviços, permitindo livre acesso da equipe técnica da CONTRATADA para execução do serviço;

f) Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto do Contrato, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não estejam de acordo com as condições e exigências específicas, indicando as razões da recusa.

g) Conferir e atestar as Notas Fiscais/ Faturas.

h) Efetuar os pagamentos correspondentes ao objeto executado, dentro do prazo previstos no Termo de Referência.

i) Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços, podendo interromper a execução do Contrato.

j) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e seus anexos.

k) Notificar por escrito à Contratada, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas medidas corretivas necessárias.

l) Fornecer a infraestrutura de “hardware” e “software” para permitir a implantação de serviço,

objeto deste Termo de Referência.

m) Acompanhar e execução do serviço de portal Eletrônico de Compras dando feedback à CONTRATADA para correção e/ou ajustes que se fizerem necessários;

n) Efetuar os pagamentos, no prazo e nas condições indicadas neste instrumento, dos serviços que estiverem de acordo com as especificações, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizar os pagamentos;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei de Licitações e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- 10.1. A contratada deverá disponibilizar em sua plataforma, os seguintes itens:
- 10.2. Permitir recrutamento interno, externo (cadastro de candidatos na solução);
- 10.3. Possuir Banco de Talentos (banco de pessoas "pré-selecionadas" que tiveram destaque em outros processos, mas que não foram contratadas);
- 10.4. Permitir o preenchimento automático de campos do CV ao anexar CV pessoal (candidato, ao candidatar-se no site, pode fazer upload de PDF, e o sistema identifica o conteúdo e já preenche os campos na ficha cadastral);
- 10.5. Possuir filtros avançados no Banco de Talentos e Banco de Currículos (filtros que o RH poderá realizar para identificar os melhores candidatos à vaga. Dados presentes no CV do candidato, escolaridade, histórico profissional, idiomas, projetos etc.);
- 10.6. Triagem automatizada;
- 10.7. Possuir filtro de perguntas de pré-seleção (perguntas vinculadas a uma vaga, respondidas pelo candidato no momento da candidatura a mesma);
- 10.8. Possuir páginas de carreiras (portal de divulgação de vagas);
- 10.9. Possuir painéis de relatórios e análises customizadas;
- 10.10. Possuir dashboards, customizáveis de indicadores (Exemplos: Duração de cada etapa do processo - vaga - entendimento da vaga, publicação, entrevistas etc.; Quantidade de colaboradores que se candidataram; Quantidade de vagas trabalhadas em tempo real; Quantidade de candidatos por vaga; Quantidade de vaga sendo trabalhada por analista de RH).
- 10.11. Possuir modelos de Requisição (requisição de vagas. Dados da vaga (cargo, salário, competências, benefícios) e o fluxo (vaga de diretor tem um fluxo e um operacional tem outro);
- 10.12. Possuir ferramenta de testes online, com possibilidade de criação de testes próprios;
- 10.13. Possuir teste de fit cultural;
- 10.14. Suporte em horário comercial;
- 10.15. Recursos avançados de análise de dados;
- 10.16. Painel do administrador;
- 10.17. Permita a integração com ERP da Folha de Pagamento utilizado pela empresa;
- 10.18. A contratada deverá garantir os seguintes níveis de serviço (SLA):

Tipo de Incidente	Tempo Máximo de Resposta	Tempo Máximo de Solução
Crítico (indisponibilidade total)	1 hora	4 horas
Médio (função parcial afetada)	4 horas	12 horas
Baixo (erro não impeditivo)	24 horas	2 dias úteis

10.19. O canal de atendimento deverá estar disponível em dias úteis, das 8h às 18h (mínimo), com atendimento via telefone, e-mail e chat.

10.20. A empresa contratada deverá realizar treinamento completo da plataforma, com a seguinte estrutura:

- a) Carga Horária: mínimo de 16 horas
- b) Modalidade: presencial ou online (síncrona)

- c) Público-alvo: Analistas de RH, Gestores
- d) Materiais: Manual do usuário, gravações das aulas (se online), FAQs
- e) Prazo: até 10 dias após a homologação do sistema

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. Os serviços devem ser executados nos prazo e modo estabelecidos no Termo de Referência, que constitui anexo do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

12.1. A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, qualquer informação da Fundação que possa expor sua segurança da informação e atingir suas áreas de negócio;

12.2. Compreendendo que as informações fededigna e precisa possui relevante importância para a gestão do negócio da Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas, é necessário que a mesma esteja protegida e seu acesso seja controlado. Logo, é imprescindível que os profissionais da CONTRATADA adotem as seguintes ações:

12.3. Tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todos os dados, informações ou documentos que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços objetos dessa contratação, bem como deverá submeter-se às normas e políticas de segurança da CONTRATANTE, devendo orientar seus funcionários ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

12.4. Assumir a responsabilidade sobre todos os possíveis danos físicos e/ou materiais causados à CONTRATANTE, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança;

12.5. Todas as informações contidas nos bancos de dados são de propriedade e uso exclusivo da CONTRATANTE, e deverá, no encerramento do contrato, permanecer com todas as atualizações, alterações e outros registros pertinentes;

12.6. Todos os cadastros constituídos ou desenvolvidos no decorrer da execução do instrumento contratual passarão a fazer parte dos arquivos da CONTRATANTE, devendo os mesmos permanecer com todas as atualizações, alterações e demais registros a eles pertinentes;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

13.1. As penalidades serão propostas pela fiscalização da Fundação do ABC e aplicadas, se for o caso, pela autoridade competente, garantindo o contraditório administrativo com defesa prévia.

13.2. Multa de 3% (três por cento) do valor do contrato, na recusa da empresa vencedora em assina-lo dentro do prazo estabelecido.

13.3. Multa de 3% (três por cento) por inexecução parcial do contrato, sobre a parcela inexecutada, podendo, a Fundação do ABC, autorizar a continuação do mesmo.

13.4. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por inexecução total do mesmo.

13.5. Multa de 3% (três por cento) do valor do faturamento do mês em que ocorrer a infração, se o serviço prestado estiver em desacordo com as especificações propostas e aceitas pela FUNDAÇÃO DO ABC.

13.6. Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento dos prazos estipulados em contrato.

13.7. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como a das demais penalidades previstas em lei.

13.8. O valor relativo as multas eventualmente aplicadas, será deduzido de pagamentos

que a FUNDAÇÃO DO ABC efetuar, mediante a emissão de recibo.

13.9. A recusa do adjudicatário em assinar o termo de contrato, dentro do prazo estabelecido neste instrumento, caracterizarão o descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pela Fundação do ABC, garantido a prévia defesa:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Fundação do ABC;
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Fundação do ABC e suas unidades gerenciadas enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Instituição pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia à interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.11. Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o colaborador responsável pelo atestado de prestação de serviços, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo à Presidência da Fundação do ABC, que deverá adotar as medidas pertinentes à notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente

13.12. Em qualquer hipótese, o CONTRATADO será notificado para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

13.13. As penalidades de multa previstas no contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente com as demais, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas em outras Legislações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

14.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente instrumento;

14.2. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

14.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

14.6. Ocorrendo a rescisão do Contrato de Gestão entre a Fundação do ABC e os Órgãos Públicos, dar-se-á o contrato por rescindindo, excepcionalmente, com comunicação prévia de 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- 15.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 15.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

- 16.1.** O Contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, prorrogável conforme Art.107 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.4.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1.** Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, sem autorização prévia da Contratante, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.
- 17.2.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
- 17.3.** A Contratada, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, incluindo a Lei Anticorrupção Brasileira e o Código de Conduta da Contratante.
- 17.4.** Na execução deste Contrato, nem a Contratada, nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa.
- 17.5.** Este Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, conforme determina o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.6.** A tolerância por qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos sob o presente não deverá ser considerada renúncia ou novação, e não afetará o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada por escrito.
- 17.7.** Na hipótese em que quaisquer termos ou disposições do presente contrato venham a ser declarados nulos ou não aplicáveis, tal nulidade ou inexecutibilidade não afetará o restante do contrato, que permanecerá em pleno vigor e eficácia, como se tais disposições jamais lhe houvessem sido incorporadas.
- 17.8.** O presente contrato não cria qualquer vínculo empregatício, societário, associativo, de representação, agenciamento, consórcio, ou assemelhados entre as Partes, arcando cada qual com suas respectivas obrigações nos termos do ordenamento jurídico em vigor;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade de Santo André /SP, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes do presente contrato;

E por estarem justos e combinados, assinam o presente expedido em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos legais, na presença das Testemunhas abaixo ASSINADAS.

Santo André, XX de XXX de 2025.

FUNDAÇÃO DO ABC

CONTRATADA

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____
2- _____ CPF: _____

ANEXO V – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - PROCESSO Nº XXXX

DA PROTEÇÃO DE DADOS E TERMO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

1.1. Quando utilizados neste Contrato os seguintes termos, no singular ou no plural, terão o significado atribuído a eles abaixo, exceto se expressamente indicado ou acordado entre as Partes de outra forma:

Dado(s) Pessoal(ais)” significa qualquer informação que identifique ou possa identificar uma pessoa física, como, por exemplo, nome, CPF, endereço, e-mail, número de IP, número de conta corrente, dentre outras.

“Dado(s) Pessoal(ais) Sensível(eis)” significa qualquer informação que revele, ou qualquer tratamento que venha revelar, em relação a uma pessoa física, sua origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a Organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes a saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

“Titular(es)” significa qualquer pessoa física identificada ou que possa vir a ser identificada a partir dos Dados Pessoais.

“Tratamento” significa toda e qualquer atividade realizada com os Dados Pessoais, incluindo (mas não se limitando à/ao), coleta, armazenamento, compartilhamento, destruição, agregação, dentre outros.

“Violação de Dados” significa um incidente de segurança não autorizado que provoque (i) destruição, (ii) perda, (iii) alteração, (iv) divulgação ou (v) acesso acidental ou ilegal a Dados Pessoais.

LEGISLAÇÃO DE Proteção de Dados: significa qualquer lei sobre privacidade e proteção a dados, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), à(s) qual(is) a CONTRATADA esteja sujeita em conexão com o Contrato (incluindo, sem limitação, e a título de exemplo, interpretações, decisões, acordos ou diretrizes de qualquer autoridade governamental);

LGPD: significa a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, assim como suas eventuais alterações, regulamentações ou substituições.

Todos os demais termos não definidos neste Contrato que possuem definição na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) serão compreendidos como ali descritos.

1.2. As Partes, neste ato, se comprometem a cumprir toda a legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco

Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/2014), seu decreto regulamentar (Decreto 8.771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) (LGPD), e as demais normas setoriais ou gerais sobre o tema, se comprometendo a tratar os dados pessoais e sensíveis (“Dados”) de acordo com as melhores práticas de proteção de dados utilizadas no mercado, se comprometendo a:

- (i) Atender eventuais solicitações de autoridades brasileiras, incluindo a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”);
- (ii) Respeitar, no Tratamento de Dados, os princípios descritos no artigo 6º da LGPD, disponibilizando aos Titulares todas as informações obrigatórias previstas na LGPD e nas demais legislações aplicáveis;
- (iii) Manter um programa de segurança da informação apropriado, razoável e por escrito, que inclua medidas físicas, técnicas e organizacionais proporcionais à natureza do dado pessoal tratado sob este Contrato, medidas que correspondam ou superem padrões e boas práticas industriais e que sejam adequadas a prevenir a Violação de Dados Pessoais;
- (iv) As Partes cumprirão a Legislação de Proteção de Dados que tenha conexão com este Contrato;
- (v) Não reter quaisquer Dados por período superior ao necessário para o cumprimento das suas obrigações ou para cumprimento de prazo fixado em lei específica, salvaguardas e hipóteses em sentido contrário;
- (vi) Respeitar os direitos dos Titulares previstos na LGPD, e responder às solicitações dos Titulares;
- (vii) Manter registro dos Tratamentos realizados e
- (viii) Notificar, quando exigido pela legislação, as autoridades competentes e os Titulares sobre eventual a Violação de Dados, nos termos do artigo 48 da LGPD.

1.3. As Partes declaram que têm compromisso com a privacidade de seus clientes, parceiros e empregados, sendo sua atuação guiada pelos seguintes princípios: (a) limitação de uso de dados pessoais ao extremamente necessário para atender aos propósitos empresariais; (b) acesso aos dados pessoais apenas por pessoas imprescindíveis e eliminação de dados quando não mais necessários; (c) cuidado adicional no tratamento de dados pessoais sensíveis; (d) transparência com clientes, parceiros e empregados; (e) segurança dos dados pessoais.

1.4. A parte prejudicada terá o direito de ser reembolsada pela parte infratora por quaisquer perdas, danos, multas, custos ou despesas (incluindo despesas e desembolsos legais) incorridos pela parte prejudicadas e que resultem de uma Violação de Dados Pessoais, falha na adoção de medidas de segurança exigidas pelo artigo 46 da LGPD ou da violação de algum item desta cláusula em relação a quaisquer dados pessoais tratados em conexão com o Contrato, e que tais valores serão considerados perdas diretas e serão devidos pela arte infratora à parte prejudicada, mediante comprovação.

2.0 - A CONTRATANTE exige que todos os seus fornecedores e/ou prestadores de serviços, tenham comportamentos socialmente responsáveis e cumpram as disposições legais que proíbem o uso de mão-de-obra infantil e trabalho análogo à escravidão, assim como a legislação que determina a empregabilidade de pessoas com deficiências e dos que buscam o primeiro emprego (PNPE), devendo cumprir todas as obrigações previdenciárias e trabalhistas com seus colaboradores e/ou da mão de obra terceirizada ou subcontratada.

2.1 - A CONTRATANTE declara que cumpre a legislação relacionada aos direitos humanos e não tolera atos de discriminação, assédio ou abuso, suborno e/ou atos ilícitos que favoreçam a exploração de crianças e adolescentes, nos termos da Política de Direitos Humanos da CONTRATADA.

2.3 - A CONTRANTE declara que segue as diretrizes e legislações para preservar o meio ambiente e repudia o uso de recursos naturais não licenciados pelos órgãos de proteção ambiental, bem como cumpre com os procedimentos legais aplicáveis à sua atividade.

Santo André, XX de XXX de 2025.

FUNDAÇÃO DO ABC
(Representante legal)

CONTRATADA
(Representante legal)